

Reflexões sobre a luta antineoliberal

Emir Sader*

* *Sociólogo,
Diretor do Laboratório
de Políticas Públicas (LPP)
da Universidade
do Estado do
Rio de Janeiro
(UERJ)*

Dez anos depois do “grito de Chiapas”, em que os zapatistas chamavam à luta contra o neoliberalismo, recolhemos uma multiplicidade e diversidade de experiências nessa luta –de que o OSAL é o melhor registro. Que balanço podemos fazer dessas experiências, uma década depois? Não pretendemos dar conta da sua riqueza e pluralidade, mas simplesmente recolher algumas lições que nos parecem essenciais, tanto no plano da luta social propriamente dita, quanto política e ideológica –considerando que o neoliberalismo é um projeto hegemônico que, partindo do econômico, abarca a todos eles.

Precisamos, antes de tudo reiterar que a luta contra o neoliberalismo é assim uma luta por um outro modelo hegemônico e não apenas contra uma política econômica. Que esse novo modelo tem que ter como um dos seus objetivos centrais, especialmente do ponto de vista dos movimentos sociais, a universalização dos direitos sociais, dado que o neoliberalismo tem como um dos seus efeitos

mais importantes, a expropriação de direitos. A luta contra o neoliberalismo precisa ser medida, em seus efeitos, pela capacidade de romper com o modelo econômico –que se constitui no seu fundamento último– e de impor modelos alternativos, que fortaleçam a esfera pública e a afirmação universal de direitos sociais, políticos e culturais.

Hegemonia neoliberal subsiste

Nesse sentido, podemos dizer que, uma década depois, não temos no continente, até agora, nenhum governo e nenhum país que tenha conseguido romper com a hegemonia de políticas neoliberais. Temos uma grande gama de situações, que precisam ser analisadas em suas especificidades, mas em nenhum dos casos podemos registrar vitórias claras que tenham inaugurado uma fase posneoliberal na América Latina. Da mesma forma temos experiências diferenciadas dos movimentos sociais, mas todas sem conseguir, até aqui, a levar o país a romper com a hegemonia neoliberal.

Praticamente todas as políticas aplicadas no continente –à exceção de Cuba– seguem padrões neoliberais. O caso da Venezuela é particular, não apenas pelas posições políticas gerais de Hugo Chavez, mas também porque nunca chegou a se configurar plenamente um modelo neoliberal, que tampouco porém colocou em prática um modelo novo.

Podemos contabilizar avanços significativos na acumulação de forças no plano social, de que o surgimento do EZLN, a consolidação do MST, a extensão e o fortalecimento do movimento camponês e indígena no Equador e na Bolívia, o aparecimento do movimento piquetero na Argentina –são alguns dos exemplos mais importantes. Ao mesmo tempo, se esgotou o modelo neoliberal, passou seu auge –aquele marcado pelos governos de Carlos Menem, Alberto Fujimori, Fernando Henrique Cardoso, Salinas de Gortari, entre outros, que

“A luta contra o neoliberalismo precisa ser medida, em seus efeitos, pela capacidade de romper com o modelo econômico –que se constitui no seu fundamento último– e de impor modelos alternativos, que fortaleçam a esfera pública e a afirmação universal de direitos sociais, políticos e culturais”

simultaneamente dirigiam seus países pela senda do liberalismo econômico, enquanto Clinton e Blair lhe davam novo impulso no plano internacional—, surgiram vários movimentos e sintomas de resistência e de descontentamento generalizado com esse tipo de política.

No entanto, o modelo econômico vigente no conjunto do continente não foi superado, nem pelos governos de Lula no Brasil ou de Kirchner na Argentina. Nesse marco, devemos tratar de tirar lições do que foi até aqui a luta antineoliberal, para compreender porque a força acumulada não se transformou ainda em capacidade de criação de modelos posneoliberais.

Experiências da luta antineoliberal

Podemos contabilizar diversas experiências, com diferentes resultados em vários países do continente, de luta de resistência ao neoliberalismo, algumas esgotadas, outras vivendo grande impasse, outras ainda em pleno processo de fortalecimento. É um bom momento para o movimento de luta antineoliberal fazer um balanço dessas experiências, tirar lições, ajustar suas formas e objetivos de luta, para poder avançar.

1. Um modelo de luta é aquele dos zapatistas, no sul do México, que avançaram no sentido da consolidação do seu poder local, com as Caracolas e as Juntas de Bom Governo. Fortaleceu-se sua capacidade de ação local, consolidou-se seu apoio em Chiapas, mas o EZLN diminuiu suas tentativas de apresentar-se —de forma direta ou indireta— como uma alternativa nacional para o México. A vida política mexicana voltou a girar em torno dos partidos tradicionais, a aproximação das novas eleições presidenciais, com o esgotamento do governo Fox, projetam as expectativas políticas para as novas possibilidades de vitória do PRD, com a candidatura do governador da capital federal, López Obrador e nesse panorama os zapatistas não buscam intervir.

Assim, a opção pela luta de reconhecimento dos direitos, da identidade e da capacidade de auto-governo das comunidades de Chiapas, representa uma alternativa de luta, que neste caso, porém, renuncia a propor um modelo hegemônico alternativo em escala nacional. A própria atuação internacional dos zapatistas arrefeceu, não se consumou a incorporação do EZLN ao Fórum Social Mundial, nem aos foros regionais e temáticos, embora a capacidade de comunicação do Subcomandante Marcos mantenha sua força e surja no cenário internacional a cada tanto tempo.

A teorização da transformação do mundo “sem tomar o poder”, influencia diretamente esta opção dos zapatistas. A crítica dos partidos tradicionais e do próprio Estado, tendeu

para a supervalorização tanto dos movimentos sociais, quanto da ação de base, em detrimento da luta política e da busca de construção de uma hegemonia alternativa. O abismo entre os zapatistas e o PRD, por exemplo, se manteve e assim os planos social –neste caso, campesino e indígena– e político nacional.

2. Um segundo modelo foi aquele do movimento camponês e indígena equatoriano. Protagonistas das maiores lutas que o país havia conhecido na sua história recente, as organizações camponesas e indígenas conseguiram se erigir como força social determinante nos rumos do país, tendo participado ativamente na luta com sucesso pela derrubada de três governos equatorianos sucessivamente. Numa delas, literalmente o movimento chegou às portas do palácio presidencial e delegou o governo a um militar, que os traiu. Depois, foram determinantes para eleger o atual presidente da república, Lúcio Gutiérrez, que imediatamente abandonou todos os compromissos assumidos e faz um governo de direita, pro-estadunidense e com as forças tradicionais do Equador.

Como um de seus resultados, os próprios movimentos sociais se dividiram. Alguns apóiam ainda o governo, chegando alguns a fazer parte dele com cargos, enquanto outros passaram à oposição aberta, pregando o *impeachment* do presidente, mas divididos no balanço das responsabilidades da experiência fracassada. Como balanço fica pelo menos a idéia de que os movimentos sociais por si mesmos não conseguem se constituir em alternativa política e que as decisões fundamentais do país passam pelas instancias de poder, que terminam sendo ocupadas por representantes delegados dos movimentos, que não dispõem de elementos capazes de fazê-lo. Fica assim na dependência da resolução da crise de hegemonia. Mantêm um forte poder de veto, mas não se mostra capaz de construir alternativas de um poder hegemônico, seja desde baixo ou por cima.

3. O caso boliviano se assemelha ao equatoriano nas suas conseqüências, embora com algumas diferenças significativas. A Bolívia poderia parecer o país com melhores condições de superar positivamente a crise hegemônica, pois conta com movimentos sociais –camponeses e indígenas, além da Confederação Operária Boliviana (COB)– e com um partido –Movimento ao Socialismo (MAS), surgido este diretamente do movimento dos cocaleros. O protagonismo dessas forças tinha permitido, em 2000, impedir a privatização da água e em 2003, derrubar o presidente Sanchez de Losada.

No entanto, essas lutas, ao invés de forjar uma convergência estratégica entre essas forças, levou ao aprofundamento das divergências entre os movimentos sociais e o MAS, aguçado por posições opostas no plebiscito sobre o gás. As relações entre eles passaram a acusações violentas entre eles, praticamente impedindo qualquer tipo de colaboração e enfraquecendo a ambas forças, facilitando a sobrevivência do governo atual e tornando muito difícil a

hipótese de uma vitória eleitoral do líder do MAS, mas ao mesmo tempo enfraquecendo também a capacidade de ação dos movimentos sociais.

4. O Brasil e o Uruguai apresentam casos mais ou menos similares de relação entre movimentos sociais e forças políticas. No primeiro caso, no do PT e de seu candidato eleito presidente, Lula, houve clara delegação, orgânica, em um partido



© Clara Algranati

político por partes dos movimentos sociais constituídos em um processo histórico paralelo –o MST e a CUT, fundamentalmente.

A distância entre os movimentos sociais e o PT foi se acentuando, conforme este foi buscando as condições de “governabilidade”, seja adaptando sua plataforma às condições reinantes –renunciando ao não pagamento da dívida, à regulação do capital financeiro, à reforma democrática do Estado, à proteção do meio ambiente, às reivindicações das populações indígenas, à política de desenvolvimento voltada para o mercado interno e à elevação da capacidade de consumo das camadas populares, com o aumento do emprego e dos salários–, seja fazendo alianças que levaram o partido e o governo de Lula cada vez mais para o centro e a direita. Foi assim que o PT finalmente chegou à presidência do Brasil com Lula, que coloca em prática a mesma política econômica neoliberal que herdou, realiza a segunda geração de reformas do Banco Mundial –começando pela da seguridade social–, mantendo a hegemonia neoliberal e distanciando-se de suas teses históricas e dos movimentos sociais.

Estes, depois de sofrer a dura ofensiva neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, estava em refluxo quando finalmente Lula, depois de quatro tentativas, conseguiu eleger-se presidente. Foi mais uma vitória sua do que do PT ou dos movimentos sociais. Tanto assim que, durante a campanha eleitoral, Lula mudou sua postura diante do capital financeiro –que havia posto em prática um duro ataque especulativo–, comprometendo-se a “não romper nenhum compromisso”, o que definitivamente comprometeu seu governo de forma irremediável.

Os movimentos sociais resistiram à reforma da seguridade social e outros projetos e medidas antipopulares, porém sem capacidade de impor sua vontade e menos ainda de avançar na construção de um modelo e uma forma política alternativa. Frustra-se a acumulação de forças das décadas anteriores, revertendo o Brasil para um país em situação política similar à de outros países da região.

O Uruguai entra agora em uma experiência de governo em situação mais ou menos similar, até mesmo pela dificuldade de um país pequeno trilhar um caminho diferente daquele dos seus vizinhos Brasil e Argentina. Apesar das particularidades das relações entre movimentos sociais e forças políticas, dificilmente se poderá viver no Uruguai uma situação muito diferente, possibilitando a ruptura do modelo neoliberal, mas deve-se aguardar o estilo de governo do novo presidente, para poder confirmar ou desmentir essa afirmação.

5. A Argentina é um caso mais exacerbado entre um novo movimento social e um governo sui generis, nascido de uma profunda crise política e social, entre o esgotamento do peronismo e um vazio de alternativas políticas. As eleições demonstraram como a crise hegemônica tem horror ao vazio e, ao contrário do que alguns poderiam esperar, Néstor Kirchner catalizou o descontentamento popular e ganhou legitimidade inesperada para governar, enquanto o próprio movimento piquetero se divide na atitude diante do governo e de suas iniciativas.

6. A Venezuela representa um caso especial atualmente no continente, pela função que o Estado e os governos voltaram a ter na mobilização e na organização dos movimentos sociais. Com as particularidades de contar com as FFAA e com recursos petrolíferos, o movimento bolivariano dirigido por Hugo Chávez passou a dar um impulso muito grande ao surgimento de um novo movimento social na Venezuela, dominada até ali por uma burocracia sindical vinculada a Ação Democrática –em que o caso da empresa petrolífera PDVSA era paradigmático.

***“Foi assim que
o PT finalmente
chegou à presidência
do Brasil com Lula,
que coloca
em prática a mesma
política econômica
neoliberal
que herdou, realiza
a segunda geração
de reformas
do Banco Mundial
–começando pela
da seguridade
social–, mantendo
a hegemonia
neoliberal
e distanciando-se
de suas teses
históricas e
dos movimentos
sociais”***

Na contramão dos outros países, o Estado aparece como impulsor da mobilização e da organização social. A política do governo venezuelano faz com que seja o único país do continente em que os direitos sociais avançam. No entanto, a modalidade de incentivo governamental ao movimento social coloca problemas para a autonomia deste e para a relação do movimento bolivariano –hierárquico e centralizado– com a multiplicidade e a diversidade da luta social.

Por uma hegemonia antineoliberal

Esse breve e necessariamente esquemático mapa da luta social antineoliberal no continente nos permite tirar alguns elementos de reflexão que possam contribuir para avanço da luta por um outro mundo possível na América Latina. A primeira constatação é a do fracasso, até aqui, dos governos eleitos com o apoio dos movimentos sociais ou de setores deles, para sair do modelo neoliberal. Isto vale para o Brasil, a Argentina, o Equador e, eventualmente, pode chegar a valer para o Uruguai.

A segunda é que o máximo de força que os movimentos sociais conseguiram, no plano nacional de cada país, é o poder de veto em relação a políticas neoliberais ou até mesmo a governos. Não puderam, com sua força própria, alçar-se como alternativas de governo. Os casos do Equador e da Bolívia apontam nessa direção.

A terceira constatação é a de que movimentos camponeses e indígenas conseguem colocar em prática suas políticas –como são os casos mais claros do MST do Brasil e do EZLN no México. Porém ficam submetidos constantemente a pressões dos poderes políticos formalmente constituídos e de suas políticas econômicas e repressivas, dependendo, em última instância da relação de forças política a nível nacional.

Podemos concluir que a superação das políticas neoliberais requer:

- a] a mobilização popular baseada centralmente nos movimentos sociais;
- b] plataformas que além da rejeição das propostas neoliberais, contemplem alternativas;
- c] alianças sociais que permitam construir um bloco popular alternativo;
- d] a direção política que formule as estratégias que permitam canalizar a força acumulada na direção de políticas nacionais, dado que a superação do neoliberalismo implica na afirmação de direitos universais, somente possível a nível dos Estados nacionais.



© Martín Fernández

A crítica dos partidos existentes ou mesmo da forma partido não abole a questão do poder e da hegemonia, não abole a política. A força dos movimentos sociais, por si só, pode no máximo construir poderes locais –importantes, mas limitados, especialmente na época de hegemonia imperial– ou exercer o poder de veto. Trata-se por tanto de ocupar esse espaço de outra forma, com formas distintas de fazer política, mas trabalhando na perspectiva da construção de uma hegemonia alternativa, que representa à grande maioria da população, expropriada pelo neoliberalismo dos seus direitos essenciais.

Nossa luta segue sendo por um outro mundo possível, posneoliberal, melhor, mais humano, o que significa lutar simultaneamente contra a exploração, a dominação, a discriminação e a alienação. Lutar por um outro mundo é lutar por um projeto global para o conjunto da sociedade, é lutar pelo poder popular, democrático e anticapitalista.